



PARECER ÚNICO N° 88/2014 Protocolo SIAM: 0813323/2015

INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	20355/2009/003/2014	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO:	Licença de Operação	VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos
DNPM: 830.872/2001		

EMPREENDEDOR: Empreiteira Sul Brasil Ltda.	CNPJ: 21.123.351/0001-60
EMPREENDIMENTO: Empreiteira Sul Brasil Ltda.	CNPJ: 21.123.351/0001-60
MUNICÍPIO: Bonfim	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA LAT/Y	LONG/X
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:	
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO
<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: Rio São Francisco	BACIA ESTADUAL: Rio Paraopeba
UPGRH: SF3	SUB-BACIA: Rio Manso
CÓDIGO: A-04-01-4	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Extração, Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais
	CLASSE 3
RELATÓRIO DE VISTORIA: AF No 54.104	
DATA: 03/06/2015	
CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ambigeo Consultoria Hidrominerais Ltda	REGISTRO:

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Gustavo Azevedo Fontenelle	1.388.446-5	
Constança Sales Varela de O. M. Carneiro - Analista Ambiental com formação Jurídica	1.344.812-1	
Maira Mariz Carvalho Diretora Regional de Apoio Técnico	1.364.287-1	
Rafael Cordeiro de Lima Mori Diretor de Controle Processual	1.369.266-0	



1. Introdução

O presente Parecer Único (PU) tem por objetivo subsidiar o julgamento do pedido de Licença de Operação - LO, referente à extração de água mineral ou potável, processo DNPM nº. 830.872/2001, cujo empreendimento é a empresa Empreiteira Sul Brasil LTDA, estabelecido na Fazenda Sul Brasil Ltda., no local denominado Parreiras, no município de Bonfim / MG.

O presente Parecer Único foi baseado na análise da documentação apresentada, reunião com o empreendedor, nas observações feitas em vistoria realizada em 03/06/2015 e informações complementares apresentadas pelo mesmo em 15/05/2015 (R0367395/2015). O responsável técnico pelo empreendimento é a empresa Ambigeo Consultoria e Projetos Hidrominerais Ltda.

A empresa possui portaria de lavra N. 75, de 03 de junho de 2014 para a extração e engarrafamento de água mineral. A empresa possui também outorga de água (Processo 0743/2010) para uso industrial / doméstico, devidamente amparada pela Portaria n. 03215/2012, de 27/10/2012.

Conforme constatado em campo pela Supram C.M. em 03/05/2015, todas as condicionantes da etapa de LIC foram devidamente cumpridas, sendo as mesmas citadas abaixo neste parecer único.

Em 31/07/2015 a empresa protocolou as informações complementares solicitadas pela Supram C.M., o que nos permitiu a conclusão da análise da LO solicitada pelo empreendedor.

2. Caracterização do Empreendimento

A área está localizada na Fazenda Sul Brasil, no local denominado Parreiras, distrito e município de Bonfim. O acesso à área é realizado, a partir de Belo Horizonte, através da BR-381 em direção a cidade de Betim, indo então pela rodovia Fernão Dias até a entrada para Rio Manso, de onde se segue até a cidade de Bonfim. Segue-se por uma estrada não pavimentada e cerca de 7 km depois se atinge a fazenda Sul Brasil, local do projeto.

A atividade do empreendimento consiste na extração e envasamento de água mineral, compreendendo a sua captação, condução, distribuição e aproveitamento. A escala de produção será cerca de 500.000 litros envasados por mês, envolvendo garrafas descartáveis de 500 e 1500 ml e garrafões de 20L. Importante ressaltar que a água a ser extraída atenderá também ao uso industrial, para lavagem dos galões, sendo, portanto, passível de outorga o qual foi formalizado nesta Superintendência com o número de processo de outorga nº 07403/2010.

A água encontrada no aquífero desta região foi classificada pela CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais como “água mineral fluoretada, fracamente radioativa na fonte”, sendo a fonte dotada de vazão de 24.000 litros/hora.

A instalação industrial foi dimensionada prevendo-se uma escala de 1.000.000 de litros por mês, a partir do quinto ano de operação, quando será implantada a linha de embalagens



descartáveis. O quadro de funcionários previsto para operação é de 19 pessoas, em turnos de 8h/dia.

As estruturas necessárias para o início efetivo da extração de água se encontram instaladas pela empresa, tais como: casa de proteção das nascentes do aquífero, drenagem, tubulação de condução, reservatório e galpão para o envasamento e estocagem. As estruturas foram construídas em conformidade com as Normas Legais, como especificado abaixo:

- A casa de proteção da fonte foi construída de alvenaria com as seguintes características: paredes internas revestidas de azulejos brancos, piso em cerâmica branca inclinado para o escoamento das águas, janelas em esquadrias de alumínio anodizado e porta de acesso também em alumínio anodizado com visor. Foi construída ainda uma cerca de proteção com 15m x 15m ao redor da casa; A água será bombeada através de tubos de PVC atóxico até o reservatório, e daí conduzida por gravidade até a instalação de envasamento, no qual haverá um medidor de vazão e hidrômetro, para controle da mesma na entrada da indústria;
- O reservatório d'água foi construído em aço inox com acabamento interno sanitário polido, e suspenso do chão por meio de pilares. Sua capacidade é de 40.000 L, de forma que o tempo de residência da água, necessário às operações, não exceda três dias;
- ☐ O envasamento será feito em galpão único, em estrutura metálica, telhas de alumínio e paredes de vedação construídas em blocos de argamassa. A área industrial (galpão) é dividida em áreas específicas, incluindo escritório, vestiários e sanitários, depósitos, envase de garrafas, expedição e laboratório, possuindo uma área total de 576m². A sala de envase será totalmente separada das demais dependências por estruturas de alumínio e vidros lisos transparentes, sendo que o acesso ao setor é feito através de antecâmara de esterilização e pias para lavagem das mãos.

3. Caracterização Ambiental

A atividade de extração de água mineral em geral não gera impactos significativos, sendo importante ressaltar que qualquer potencial contaminação do aquífero pode colocar em risco o próprio empreendimento. Sendo, portanto de grande interesse ambiental e econômico a proteção ambiental da fonte de água mineral.

Para supressão de vegetação, a empresa possui junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) uma declaração de não necessidade de autorização especial DN COPAM 74/2004 e as intervenções não estão inseridas em APP.



A empresa conta, ainda, com a anuência do órgão gestor da unidade de conservação APEE RIO MANSO, com Termo de Autorização SEDE-DR Nº030/2010, datada de 29/11/2010.

4. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Item 1 do anexo 1:

Trata da execução das medidas propostas no Plano de Controle Ambiental (PCA), cujo cumprimento fora plenamente atendido, sendo que as evidências foram acostadas ao processo técnico quer seja através de fotos, quer seja através de documentos, quais sejam :

- ⇒ Efluentes Atmosféricos (poeira) - revestimento do pátio e áreas de circulação e acesso com calçamento em pedra-de-mão;
- ⇒ Efluentes Sanitários : o controle implantado constitui-se de sistema fossa / filtro;
- ⇒ Resíduos Sólidos : o sistema de controle apresentado foi a coleta seletiva interna e a disposição segregada em edícula separada das edificações de engarrafamento para posterior destinação;
- ⇒ Efluentes Líquidos : o sistema de controle apresentado é de neutralização através de processo convencional de dosador e controle de pH e *caixa dotada de gradeamento* em malha fina;
- ⇒ Educação Ambiental : o projeto de educação ambiental será de fato implantado com o início efetivo das atividades, uma vez que somente após esta fase o empreendimento contará com equipe de funcionários para receberem e multiplicarem os conceitos a serem compartilhados;
- ⇒ Revegetação (Medida Compensatória): o trabalhos de revegetação são de processo continuado dentro da Fazenda Sul Brasil, especificamente nos locais de preservação permanente, conforme projeto apresentado no âmbito dos estudos ambientais;
- ⇒ Segurança Operacional e Ruídos: como estes impactos são relacionados diretamente à operação do empreendimento, informamos que o mesmo aguarda o *star-up* das operações.

Item 2 do Anexo 1:

O **item 2** do Anexo 1 visou o acompanhamento das implementações das medidas e sistemas de controle ambiental, que como pode ser evidenciado nas laudas do processo, todos já foram efetivamente concluídos ou estão em processo continuado (como a revegetação, etc...).



Item 3 do Anexo 1:

O item 3 do Anexo 1 é relacionado ao Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais no SIAM, que por sua vez é *link* relacionado ao Cadastro Técnico Federal (CTF) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Item 4 do Anexo 1:

Solicitou o cadastramento do empreendimento no Inventário Estadual de Resíduos Sólidos do Setor Minerário, conforme DN 117/2008.

Na ocasião da apresentação que instruiu o pedido de LO, o sistema Sisemanet estava indisponível, como se pode atestar nos documentos já apensos ao processo de licenciamento.

Item 5 do Anexo 1:

O item 5 solicitou a inclusão no programa de monitoramento a ser desenvolvido pela empresa de um ponto de controle com coleta à montante e um outro ponto de coleta à jusante no Córrego Guedes, baseando-se no local do lançamento dos efluentes e, que deveria ser precedido de um estudo de autodepuração daquele córrego, verificando o comprimento e mistura.

Este estudo já foi desenvolvido pela empresa Sarsan – Engenharia e Saneamento Ltda e o relatório completo se encontra apenso ao processo de Licenciamento, identificando os pontos de lançamento e coletas futuras. Neste relatório também estão inclusas as análises *status quo* dos pontos de montante/jusante do córrego Guedes.

Como explanado, o início das análises de monitoramento e controle estão diretamente relacionados ao início das atividades operacionais do empreendimento, para o qual se aguarda a devida Licença de Operação, cuja frequência de coletas deverá ser desenvolvida durante toda a vigência da licença.

5. Cumprimento de Condicionantes

Item	Descrição	Situação
1	Execução das medidas propostas no Plano de Controle Ambiental (PCA).	Condicionante cumprida, conforme apresentado na formalização da LO.
2	Acompanhamento das implementações das medidas e sistemas de controle ambiental.	Condicionante cumprida, conforme apresentado na formalização da LO. Foi apresentado relatório fotográfico e evidenciado o



		atendimento em campo.
3	Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais no SIAM	Condicionante cumprida. Apresentado junto com relatório fotográfico.
4	Cadastramento do empreendimento no Inventário Estadual de Resíduos Sólidos do Setor Minerário, conforme DN 117/2008.	Condicionante cumprida. Apresentado junto com relatório fotográfico.
5	Inclusão no programa de monitoramento a ser desenvolvido pela empresa de um ponto de controle com coleta à montante e um outro ponto de coleta à jusante no Córrego Guedes, baseando-se no local do lançamento dos efluentes	Condicionante cumprida para o “background” do curso de água e irá continuar o monitoramento à montante e jusante do lançamento do efluente.

6. Compensações

Não haverá supressão de vegetação. O local escolhido para a construção das instalações (galpão e reservatório) foi liberado anteriormente pelo órgão responsável – IEF (Instituto de Estadual de Florestas), sob processo nº 09010000841/08, que declarou não haver necessidade de autorização especial uma vez que a intervenção não estava inserida em Área de Preservação Permanente e não causaria interferência na vegetação, pois o local da edificação era constituído de pastagem.

A análise técnica indica que os impactos ambientais oriundos do empreendimento foram considerados de baixa magnitude. Este fato associado à existência de sistemas eficientes de controle e a proposição de implantação de sistemas adicionais permite dizer que não cabe neste processo a cobrança da compensação ambiental definida pela lei 9.985 de 2000 (SNUC), conforme informado no respectivo PU de LIC 0549/2011 (Protocolo SIAM No 0912578/2011) de Licença de Instalação Corretiva (LIC) - PA COPAM 23337/2008/01/2010.

7. Utilização de Recursos Hídricos

Esclarecemos que a outorga de uso da água a ser utilizada para o engarrafamento de água mineral é decorrente do próprio título de concessão de lavra nº 75, de 03.06.2014 vinculada ao processo DNPM 830.872/2001 (em anexo).

A outorga de uso da água para fins industriais (ou serviços gerais) está amparada pela Portaria nº 03215/2002, de 27.10.2012



8. Reserva Legal

O empreendimento minerários em destaque está localizado no município de Bonfim, na propriedade rural denominada “Sítio Sul Brasil”, registrada na Comarca de Bonfim, sob a Matrícula nº 4953, livro 02/E, fls. 16 e vs., com uma área total de 16,6375 há, datado de 11/03/1991.

A área de Reserva Legal da propriedade encontra-se averbada à margem da mesma matrícula, e perfaz um total de 3,3274ha, não inferior a 20% do total da propriedade, atendendo assim à legislação vigente.

9. Controle Processual

Trata-se de processo administrativo com objetivo de analisar requerimento de Licença de Operação feito pela empresa Empreiteira Sul Brasil Ltda – ME.

O empreendimento está classificado como classe 3 e executará a atividade prevista no código A-04-01-4, prevista na Deliberação Normativa COPAM n.º 74/2004, sendo esta descrita como “*Extração de água mineral ou potável de mesa*”.

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigida no FOB, destacando-se o Relatório de Cumprimento de Condicionantes (fl.16/25), AVCB com validade até 08/05/2020 e a Portaria n.º 75/2014 do Ministério de Minas e Energia (vinculada ao Processo DNPM 830.872/2001) que outorgou a concessão de lavra de água mineral à Empreiteira Sul Brasil Ltda.

Verifica-se que foi dada a devida publicidade ao pedido de licenciamento nos termos da resolução CONAMA nº 6/1986 e DN COPAM nº 13/95 através da publicação em jornal de grande circulação (fl.27) e no Diário Oficial (fl.34).

O empreendedor apresentou Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras.

Fora emitida Certidão Negativa de Débito Ambiental n.º 1027674/2014 que atesta que o empreendedor não possui qualquer débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental.

Os custos indenizatórios de análise do licenciamento ambiental foram devidamente quitados, bem como os emolumentos, cujos comprovantes de recolhimento encontram-se acostados aos autos.



A empresa apresentou pedido de Autorização Provisória de Operação – APO, que fora deferido em 10/06/2015 tendo em vista o cumprimento dos requisitos previstos no art. 9º, 2º, do Decreto Estadual 44.844/08.

Vale registrar que a empresa possui Outorga de uso de água para fins industriais que está amparada pela Portaria n.º 03215/2012.

Não haverá necessidade de intervenção florestal, motivo pelo qual não há que se falar em compensação ambiental.

A análise técnica concluiu pela concessão da licença, estabelecendo as condicionantes a serem observadas pelo empreendedor no Anexo I, bem como Programa de Automonitoramento, previsto no Anexo II.

Diante do exposto opinamos pela concessão da licença, ressaltando que o prazo de validade deverá ser de 06 (seis) anos.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, devendo tal observação constar no certificado de licenciamento ambiental a ser emitido.

O descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação, ampliação realizada sem comunicar ao órgão licenciador, torna o empreendimento passível de autuação.

Na forma da lei ambiental devem ser adotadas pelo empreendedor as medidas mitigadoras e as condicionantes sugeridas pela SUPRAM.

10. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Central Metropolitana sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação, para o empreendimento Empreiteira Sul Brasil Ltda(DNPM: 830872/2001) para a atividade de “Extração, Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais”, no município de Bonfim, MG, pelo prazo de 06 (seis) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do COPAM Rio Paraopeba.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste PU (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram CM, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.



Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

11. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação do empreendimento Empreiteira Sul Brasil Ltda.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação da Empreiteira Sul Brasil Ltda.



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação da Empreiteira Sul Brasil Ltda

Empreendedor: Empreiteira Sul Brasil Ltda
Empreendimento: Empreiteira Sul Brasil Ltda - **DNPM:** 830.872/2001
CNPJ: 21.123.351/0001-60
Município: Bonfim
Atividade: Extração, Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais
Código DN 74/04: A-04-01-4
Processo: 20355/2009/003/2014
Validade: 04 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento de efluente sanitário conforme definido no anexo II.	Durante a vigência da Licença de Operação, com primeira medição 6 meses após a concessão desta licença. Envio de relatório anual.
02	Executar o Programa de Automonitoramento de efluente industrial conforme definido no anexo II.	Durante a vigência da Licença de Operação, com primeira medição três meses após a concessão desta licença. Com envio de relatório anual.
03	Executar o Programa de Automonitoramento de resíduos sólidos conforme definido no anexo II.	Durante a vigência da Licença de Operação.
04	Cadastrar os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento no Inventário Estadual de Resíduos Sólidos, conforme DN 117/2008.	Ate 60 dias após concessão desta licença.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação da Água Mineral Serena Ltda

Empreendedor: Empreiteira Sul Brasil Ltda
Empreendimento: Empreiteira Sul Brasil Ltda - **DNPM:** 830.872/2001
CNPJ: 21.123.351/0001-60
Municípios: Bonfin
Atividade: A-04-01-4
Código DN 74/04: A-04-01-4
Processo: 20355/2009/003/2014
Validade: 04 anos

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e Saída do Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário	pH, DBO, DQO, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão, óleos e graxas.	Semestral
Saída do Tanque de Decantação/Neutralização	Turbidez, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, pH, condutividade.	Semestral

Relatórios: Enviar Relatório Semestral a Supram-CM dos resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011, ser conclusivo, conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar semestralmente a Supram-CM, os relatórios compilados de análises mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial:



1- Reutilização, 2 – Reciclagem, 3 - Aterro sanitário, 4 - Aterro industrial, 5 – Incineração, 6 - Coprocessamento, 7 - Aplicação no solo, 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada), 9 - Outras (especificar).

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-CM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.